



Expansão da cobertura da previdência social: uma realidade possível

Expansion of social insurance coverage: a possible reality

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*. São Paulo: Cortez, 2012, 492p.

Maria de Fátima Valentim Pessanha*

O livro *Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*, resulta da análise dos limites e das possibilidades de universalização da cobertura da previdência social no Brasil. Trata-se de análise elaborada pela autora em sua tese de doutorado, defendida em março de 2011 na Universidade de Brasília, cuja abordagem da previdência social assume o seu caráter político, sendo portanto espaço de disputa entre capital e trabalho.

A discussão sobre o trabalho assume lugar central nesta obra. Ancorada em Marx e Engels, com apoio dos diversos autores do campo marxista, a autora reconhece e analisa as duas dimensões do trabalho, reafirmando a sua centralidade na estruturação do capitalismo e nas relações sociais na contemporaneidade.

Um dos pressupostos afiançados por este estudo é, portanto, o de que a sua capacidade de gerar mais-valia continua insubstituível e vital para o capitalismo mesmo em um contexto de desemprego crônico

.....
* Assistente social, mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes, professora substituta na Universidade Federal Fluminense e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). *Correspondência*: Rua Câmara Júnior, 42, Campos dos Goytacazes - RJ, E-mail: <fatimavalentim@gmail.com>.

e de desestruturação do trabalho assalariado. Dessa forma, o capitalismo pode superexplorar a força de trabalho pela intensificação de seu uso, pode precarizar as relações de trabalho e restituir direitos dos trabalhadores, pode reduzir a criação e a oferta de postos de trabalho e aumentar o uso de tecnologias avançadas e de métodos de trabalho para incrementar a produção e elevar a produtividade, mas não pode prescindir da força humana de trabalho. É ela que produz a mais-valia que fundamenta o modo de produção capitalista. (p.47).

O livro, composto de 05 (cinco) capítulos, resgata a organização do sistema previdenciário brasileiro, elegendo para pesquisa o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo os conteúdos dos dados e das informações coletados analisados nas dimensões históricas e comparativas, buscando uma aproximação com a condição estrutural do trabalho, desde os primórdios da organização do mercado de trabalho no Brasil. O período principal de referência para a pesquisa foi a primeira década do século XXI, recorrendo também a outros períodos para que a análise não ficasse incompleta.

Decorrente da compreensão da autora de que “[...] até mesmo as categorias mais abstratas são produtos de sua própria condição histórica e não possuem pleno valor senão nos limites destas condições (MARX, 2003)” (p.52), a relação teoria/história perpassou toda investigação. As análises, conduzidas na perspectiva de totalidade, garantiram que os complexos constitutivos da totalidade macro, estruturada e articulada, não fossem vistos como desconectados.

A dimensão histórica predominou no desenvolvimento do eixo “*O padrão de acumulação do capital, organização do trabalho e a proteção social*” apresentado no capítulo I. A categoria trabalho é apresentada neste capítulo, a partir da teoria do valor trabalho na obra de Marx, reafirmando sua centralidade no capitalismo contemporâneo, sendo, portanto, apresentada como condição fundamental de acesso à proteção social.

A autora elabora um rico debate sobre o trabalho assalariado, função do Estado e a relação destes com a proteção social, a partir de Marx e Engels e de contribuições de autores do campo da tradição marxista, como Harvey, Gorz, Mészáros, Mandel. Há também contribuições de Castel relativas à “sociedade salarial”, sendo este último vinculado ao universo teórico de Durkheim. No campo do Serviço Social, registram-se as contribuições de Granemann, Netto e Braz, Behring e Boschetti.

A autora nos conduz, ainda nesse capítulo, à reflexão sobre o padrão de acumulação fordista no período entre 1940 e 1970 e sobre o padrão de acumulação flexível a partir de 1970, analisando como esses contextos socioeconômicos incidem sobre o trabalho assalariado e sobre a proteção social. Demonstra que os sistemas de proteção social foram brutalmente afetados pela desestruturação do trabalho assalariado, destacando que o ataque sistemático do capital à organização sindical vem provocando o

arrefecimento das lutas, e conseqüentemente, o desmantelamento dos sistemas de proteção social; no entanto, é contundente em reafirmar que a fonte de riqueza do capitalismo contemporâneo é o trabalho não pago.

No capítulo II, "*A previdência social no Brasil no contexto da seguridade social: concepção e financiamento*", ao abordar a concepção de previdência social como contrato social, a autora busca na teoria clássica do Estado a origem da concepção de contrato social, destacando a visão rousseauiana, cujos fundamentos indicam que

[...] para que a previdência seja vista como um contrato social que aponte para a redução das desigualdades sociais é preciso que haja compromissos 'de cada um com todos e de todos com cada um (Rousseau, 2000, p.45)' e não cada um por si como indica o liberalismo. (p. 167).

Ao discutir o formato do financiamento e o gasto da seguridade social, denuncia o não cumprimento do recomendado constitucionalmente e a desconstrução do significado da seguridade social, apresentando, no item 2.4., estratégias objetivas de contraposição a essa desconstrução e de defesa do modelo de financiamento previsto na Constituição Federal.

Nos capítulos III e IV, a autora buscou na sua análise, maior interligação entre as dimensões histórica e comparativa. Estes dois grandes eixos possibilitaram, segundo Silva (p.55), desvelar os aspectos centrais do objeto de pesquisa.

Por um lado, identificaram-se os determinantes decorrentes da formação social e econômica do país que agiram sobre a estruturação do mercado de trabalho e da previdência social. Por outro, a relação orgânica entre variáveis do mercado de trabalho no país [...] e as variáveis da cobertura da previdência social no Brasil no curso da história [...], especialmente na primeira década do século XXI. Por isso, as comparações entre as variáveis do mercado de trabalho e as variáveis relacionadas à cobertura previdenciária, conforme apontadas nos eixos temáticos comentados, foram efetuadas no desenrolar das análises procurando-se situá-las historicamente. (p.55).

No capítulo III, a autora apresenta, a partir dos determinantes históricos da formação do mercado de trabalho no Brasil, a estruturação da previdência social no período entre 1920 e 1970, sendo sua análise balizada pelas relações de classes sociais e as correlações de forças políticas incidentes no período. A enorme dependência da previdência social do trabalho assalariado formal é demonstrada, pois para Silva (p.264), "há uma vinculação visceral entre trabalho assalariado e cobertura previdenciária, que pode ser notada em todas as fases significativas da estruturação do mercado de trabalho assalariado no período de 1920 a 1980". Na mesma perspectiva, analisa como as mudanças no mundo do trabalho na década

de 1980 e a reestruturação produtiva - e seu impacto no mundo do trabalho – na década de 1990, incidem na cobertura da previdência social.

No Capítulo IV, na análise sobre “*A (des)estruturação do trabalho e a cobertura da previdência social no Brasil no contexto da crise do capital na primeira década do século XXI*”, foram ressaltados – e tratados com cuidadosa análise – alguns fatores nos (des)caminhos da universalização da previdência social. Foram ainda considerados na análise das possibilidades e limites de universalização da cobertura previdenciária, o agravamento da questão social e a financeirização do capital.

No capítulo V, “*Condições para a universalização da cobertura da previdência social no contexto da (des)estruturação do trabalho e da seguridade social no Brasil*”, são analisados os limites postos à universalização da cobertura previdenciária, por meio do acesso ao trabalho assalariado formal, considerando o limite estrutural da plena universalização do emprego na sociabilidade capitalista. A superação dos limites impostos às políticas sociais de uma forma geral e, particularmente, à seguridade social, implica a superação do modo produção capitalista e a construção do socialismo, como única forma de realização plena e emancipação humana.

A autora não se detém na análise dos limites estruturais, ao contrário, apresenta de forma objetiva as alternativas que vêm sendo construídas pelos movimentos sociais, e aponta caminhos, a partir de mudanças no modelo atualmente adotado, para fazer avançar na direção da universalização da previdência social nos marcos do capitalismo.

Essa obra não só possibilitou o conhecimento do papel contraditório da previdência social enquanto proteção social à classe trabalhadora, como também analisou seus limites e apresentou as possibilidades, por meio de alternativas concretas e viáveis do ponto de vista legal e econômico para – se não a cobertura universal através do pleno emprego, devido ao limite da vigência do modo de produção capitalista – a ampliação dessa cobertura nos marcos do capitalismo.

Ademais, “*Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*”, provoca o leitor – seja usuário e/ou trabalhador dessa política social – a se inserir na luta pela ampliação da cobertura da previdência social, forjando a correlação de forças necessária, pois é preciso – e possível – avançar rumo à universalização da cobertura da previdência social